

A CENTRALIDADE DA LUTA ETNICO-RACIAL NA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

Edson Bomfim¹

Introdução

Os processos das lutas sociopolíticas no Brasil não levam em conta o processo de colonização portuguesa, onde a população indígena e negra sofreram as piores degradações que podem ser aplicadas a um ser humano. Limitam-se à existência das lutas sociopolíticas a partir da chegada dos imigrantes europeus que vieram dentro de um processo de limpeza étnica brasileira – embranquecimento. Este processo de negação histórica não apenas limita o potencial de inserção da própria esquerda brasileira como se caracteriza coniventemente como opressora das populações marginalizadas etnicamente.

A defesa exclusivista do fim das classes sociais não tendo em conta todo o processo de marginalização a que se encontram submetidas as populações indígenas e afro-brasileiros, termina por se limitar a fortalecer mesmo que indiretamente um modelo de sociedade onde a maioria da população nem mesmo é considerada classe, se encontrando dentro do conceito marxista na qualidade de lumpen.

Esta qualidade de *lumpen*, acrescida ao passado histórico caracteriza a completa negação de humanidade ao mesmo tempo em que reforça o conceito de transculturação de modelos sociais para o Brasil e não difere de qualquer outro, negando a especificidade única de nosso país, nossa multiculturalidade.

A riqueza contida em nossa multiculturalidade autonegada por parte da nossa população de descendência europeia, busca manter aproximação com os países europeus e a superioridade étnica de parte destes, enquanto para a esquerda tal negação mesmo encontrando aspectos da autonegação burguesa, esta tem o seu limite na luta classista e economicista, sem levar em

¹ **Edson Bomfim**, militante do Movimento Social Negro, Presidente Municipal do PSOL em Vitória/ES, membro da Executiva Estadual da Ação Popular Socialista e Coordenador de Formação do Setorial Estadual de Negras e Negros do PSOL/ES

conta o conceito humanista e muitas vezes limitando este conceito humanista à declaração de direitos humanos que por si só já se mostra classista e egocêntrica, combatida deste seu protótipo na Revolução Francesa, por Marx.

Entendemos que a reconceituação dos padrões da esquerda brasileira é vital para um processo revolucionário, o qual não existirá sem esta reconceituação, que significa o estabelecimento direto de um diálogo com a nossa multiculturalidade, se inserindo de forma franca e direta com as diversas formas de resistência do povo.

Não obstante, nunca é demais ressaltar que os conflitos étnicos sempre são utilizados pela horda capitalista como instrumento para submissão de povos nos quatro cantos do mundo desde o seu período embrionário, ou seja, na passagem da Idade Média à Moderna, como podemos verificar na conjuntura mundial, os casos dos países Africanos, com destaque para a Nigéria e a Ucrânia no Leste Europeu, as duas cobiças do imperialismo yanque e seus parceiros da União Europeia.

Nas guerras étnicas, que tomaram em parte o antigo conceito de guerra santa ou cruzadas (afirma-se em parte, porque mesmo tendo como objetivo comum a implantação de sua ideologia e subserviência dos povos) nem sempre se encontra explícito o conteúdo religioso.

Em determinados momentos este conceito também é utilizado de forma a fomentar o ódio religioso e a necessidade de intervenção militar das potências militares e do sistema hegemônico econômico, como podemos ver explicitamente ao tratar-se do Oriente Médio.

Importante ainda destacarmos que, mesmo com a titulação de guerras étnicas, estas aconteceram e acontecem em determinada região geográfica e entre povos da mesma origem.

Podemos exemplificar que, durante o avanço da expansão territorial estadunidense, houve o estímulo da guerra entre a população indígena; na exploração e colonização africana, entre povos negróides e na queda das repúblicas socialista no Leste Europeu, entre povos arianos, ou seja, este não

é um fenômeno apenas de coloração epidérmica e sim de afirmação de uma política voltada à destruição de culturas e formas de vida que não se enquadrem no padrão eurocêntrico de vida, ou seja, ao sistema capitalista.

Processo de submissão brasileira após a saída do sistema escravocrata

Não se faz necessário aqui retomarmos o processo histórico da escravidão no Brasil, no entanto, merece destaque a passagem deste sistema ao embrião de sociedade capitalista e sua submissão, como sociedade, a um sistema econômico e a sua autonegação enquanto tal.

Tal processo, ainda recente entre nós, tem o roteiro novelístico, mesmo que este não tenha sido projetado especificamente para a nossa sociedade. Muitas vezes a sua sequência se desenvolve conforme o acaso dos acontecimentos.

Assim vejamos! O processo de separação do Brasil colônia com a Metrópole portuguesa, que nos transfere para o domínio econômico inglês, com o estabelecimento da primeira dívida externa de um país recém “independente”. Esta dívida é assumida para pagamento das custas de sua guerra de independência contraída pela antiga Metrópole. Ela vai crescendo com a influência inglesa na imposição de mercadorias e produtos que atendessem aos interesses da monarquia, logo ampliada para os interesses da população com a possibilidade de crescimento do comércio inglês em nossas terras, o que leva ao estímulo à libertação da população negra escravizada e a expansão industrial inglesa.

Tal quadro surge após a Revolução Industrial e, paralelamente, ao surgimento das teorias racialistas, que levam o Brasil a um dos seus maiores embates políticos e à adoção do sistema de segregação disfarçada em que nos encontramos. Com a necessidade de expansão de mercado inglês, as teorias racialistas terminam por frear o processo interno de possível integração das populações que não fossem brancas. Com o surgimento de leis de emigração

limitadas aos europeus, lento processo de finalização da escravização negra e consequente abandono desta população, principalmente pelos abolicionistas, após o ato de “libertação”, o que se tem é a consequente não integração da população negra e indígena após a Proclamação da República. O esforço desmedido empregado pelo governo brasileiro na integração da comunidade de imigrantes, não apenas com a cessão de terras e salários, mas com a inclusão efetiva promovendo campanhas e estruturando o processo educacional para que fixasse esta comunidade em terra brasilis, ressalta a negativa desse governo em reconhecer o mesmo direito à posse da terra e à educação pública aos indígenas, negros e negras.

Paralelo a este evento, tomemos a constituição de toda a estrutura de sociedade como a formação do comércio, indústrias, sistema de justiça, parlamento, entregues a população não negra, bem como a comerciantes estrangeiros que em alguns casos após a exploração retornaram aos seus países de origem. Este procedimento de segregação relegou às populações que não eram brancas, um processo de marginalização socioeconômica e a impossibilidade de integração na vida do país ou mesmo um retardamento que podemos dimensionar em décadas.

Ao mesmo tempo em que vemos a população branca buscando cada vez mais a sua integração com os países e populações europeias, os lucros fáceis obtidos sem concorrências em um esquema de capitalismo selvagem, levam os patriarcas a enviarem seus filhos para estudar na Europa, como já acontecia durante o período escravocrata e a absorção das teorias racialistas se torna cada vez maior. Além disso, a visita com frequência de “intelectuais” racialistas à nossa sociedade fortalece o sistema de segregação. Como foram os casos de Malthus convidado de D. Pedro II, entre outros. Não se pode ao certo dimensionar a influência destes na nossa sociedade, porém o efeito das teorias racialistas, são visíveis a todos nós, com a negação da nossa multiculturalidade.

As teorias racialistas

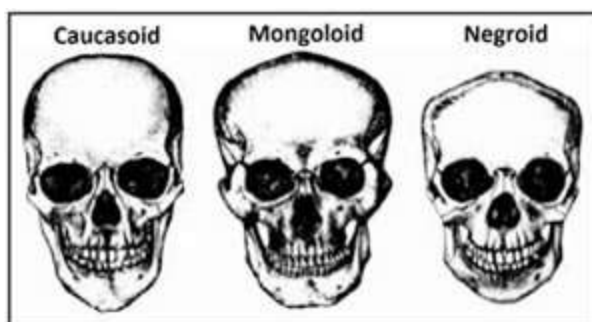
Tomam conta da Europa a partir do final século XVIII, tendo como um dos seus precursores Thomas Malthus, economista inglês, clérigo, professor universitário e demógrafo que, entre suas teorias, defendia a existência de epidemias, guerras e controle de natalidade como forma de controle da população, além de restrição dos programas de assistência públicos por parte do Estado. Suas teorias foram incorporadas à teoria econômica e são retomadas de tempos em tempos na atualidade. É importante observarmos que, mesmo estas teorias não estando explícitas, nunca deixaram de ser base dos princípios econômicos aplicados no eixo sul do planeta, cegamente pelos lacaios do capitalismo em um servilismo doentio.

Malthus, juntamente com Jean Baptiste de Lamarck, biólogo francês que defendeu a teoria da geração espontânea - evolução dos seres vivos em um nível de complexidade e perfeição cada vez maiores - e o princípio do uso e desuso – apresentaram a evolução nos seres humanos através da utilização de determinados órgãos, os que não eram utilizados, atrofiavam e os que eram utilizados, evoluíam e passavam para outras gerações. Foram grandes influencias para Robert Charles Darwin, bem como, o astrônomo John Herschel, o naturalista Alexandr Humboldt e o geólogo Charles Lyell, na elaboração da teoria da evolução, que como sabemos também foi desenvolvida no mesmo período e, sobre praticamente a mesma influencia, pelo inglês naturalista Alfred Russel Wallace.

Importante destacarmos que ambos os estudos focavam para as espécies da flora e da fauna, onde Darwin conclui que o processo de evolução das espécies se daria pela evolução natural, discordando assim de Lamarck. No entanto, ambos concordam com a transmissão para gerações posteriores, sendo gradativamente aperfeiçoada.

Mas, o que isso tem a ver com a centralidade da luta étnico-racial na revolução brasileira? É partir de tais teorias que serão conformadas as teorias racialistas que surgem e são difundidas em paralelo às teorias evolucionistas, muitas vezes se baseando nestes estudos para se fundamentar. Assim vimos surgir a Frenologia, “teoria que reivindica ser capaz de determinar o caráter, características da personalidade, e grau de criminalidade pela forma da

cabeça” e o darwinismo social, ambas se completam em sua aplicação nas populações que não eram brancas e até mesmo europeias.



A Frenologia desenvolvida pelo médico alemão Franz Joseph Gall, teve grande influencia principalmente no período Vitoriano, onde a burguesia consultava os frenologistas em

questões como admissão de empregados e mesmo para identificar os perigos em um casamento. Esta também foi base para o surgimento da “eugenia” a seleção dos melhores para purificação da raça. E quase que paralelamente encontramos a craniometria, estudo do tamanho do crânio, peso e forma.

Tais teorias fundamentaram e criaram bases para o desenvolvimento de políticas do interesse do crescente sistema capitalista da época, através da neocolonização dos países africanos e a dominação, submissão e serventilismo dos países recém-independentes do Continente Americano, em especifico na América Latina.

É neste período que vimos também surgir a propaganda como forma de legitimar a colonização, bem como, a legitimação da inferioridade das raças que não eram brancas, através dos “zoológicos humanos” que influenciaram e conformaram as ideias e teorias racistas. Nesse período, se desenvolveram noções de raça e o conceito de hierarquia racial, com teses de que os africanos seriam o elo que faltava entre o macaco e os homens brancos ocidentais.



Os organizadores da mostra afirmam que os espetáculos também serviam como propaganda para legitimar a colonização. Na imagem, tribo Boschiman (de Botswana, Namíbia e África do Sul) é exibida na França. Foto: coleção de antropologia do príncipe Roland Bonaparte/Museu do Quai Branly.

Os zoológicos humanos foram realizados

de 1800 a 1958, sendo a sua última exposição em Bruxelas/Bélgica. Tais “espetáculos” tiveram papel preponderante na disseminação dos ideais racistas, de inferiorização do não europeu e de legitimação da colonização nos países africanos, se espalhando principalmente na Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos.

Tais conceitos teóricos chegaram ao Brasil no processo de transculturação e se aculturou na nossa sociedade, estigmatizando negros, indígenas e seus descendentes, seja atendendo aos interesses da classe dominante, da submissão aos interesses estrangeiros ou ainda em defesa de convicções pessoais. O fato é que o racismo brasileiro criou uma peculiaridade única, onde embora seja reconhecido, não existem racistas ou conformação de práticas racistas pela nossa justiça.

Mesmo sendo comprovada a sua incidência em diversos setores como vistos nas Constituições de 1930 e 1937 onde os ideais eugênicos se fizeram presentes, ou ainda, no projeto de planejamento familiar durante as décadas de 1980 ou o sistemático extermínio da juventude negra nos dias atuais.

Transculturação, aculturação e a não brasilidade

Esse quadro, não obstante a dureza da realidade é proporcionado pela aculturação e não entendimento da multiculturalidade e unimultiplicidade a qual esta submetido cada um(a) de nós. Aculturação da transculturação observada nas linhas anteriores, com a simples transferência do ideário europeu para o brasileiro, sem levar em conta a sua diversidade étnico, cultural, social etc.; que conformou esta sociedade e que a diferencia de qualquer outra sociedade no mundo, mas, justamente por esta diversidade tem a característica de ser a mais violentada em todos os sentidos no item qualidade de vida do ser humano negro.²

As instituições do Estado brasileiro e parte da sociedade brasileira de descendência europeia têm em seu conceito como costume ou principio adotar

² BOMFIM. Edson. Ensaios na perspectiva da emancipação negra no Brasil. Pag. 16.

as formulações em geral advindas da Europa e Estados Unidos que lhes são convenientes como soluções para determinadas questões nacionais sem observar os elementos fundantes da nossa realidade. Assim formulações e soluções abstratas são tidas como conceitos universalistas para toda a sociedade mundial, e erroneamente não observam a realidade local e a nossa multiculturalidade e unimultiplicidade.

Tal comportamento é carente de uma análise crítica e discernimento sobre os elementos constitutivos de nossa sociedade e que apenas é utilizada como laboratório das transculturações do ideário europeu ou estadunidense. Tal situação se conformou no processo de constituição do capitalismo nacional e na implantação da República e se mantém até os nossos dias em uma busca constante de adaptar-se ao ideário eurocêntrico e a consolidação da autonegação de nossa brasilidade.

Este sentimento de autonegação que está integrado em nossa sociedade é que se apresenta como resistência ideológica de um processo de transformação, o que logicamente beneficia diretamente a camada branca e defensora ou beneficiária do sistema capitalista, agindo de forma subjetiva no interior de toda a sociedade brasileira, que através da sua autonegação vê no externo o modelo a ser seguido.

A autonegação aqui, não se limita apenas a questão epidérmica e sim a todo um sentimento de pertencimento de uma sociedade, dentro dos seus aspectos geográficos (espaço e tempo), cultural (a riqueza cultural e única de um país que teve o privilégio de ter a influência de diversas culturas de quatro matrizes étnicas), social e político, para adequar-se a um sistema excludente de “civilização” de negação do ser humano em prol do econômico. Este enfrentamento se faz necessário dentro do que chamamos de construção de brasilidade, o reconhecimento da riqueza político-cultural e da unicidade de ser do nosso país, só possível com o rompimento com a ordem hegemônica imposta, por aqueles que se autonegam e preferem servir subservientemente ao modelo hegemônico pelo econômico.³

³ BOMFIM. Edson. Ensaio na perspectiva da emancipação negra no Brasil. Pag. 95.

A intersubjetividade advinda da nossa autonegação não apenas conforma a nossa realidade como também naturaliza e cria as principais resistências a qualquer processo de transformação, quiçá a um processo revolucionário.

A benevolência que temos com a produção cultural e socioeconômica europeia e estadunidense não é a mesma com que tratamos a nossa multiculturalidade com a nossa diversidade de valores e que compreendida e aceita contribuirá acentuadamente para o nosso desenvolvimento e mesmo no processo de transformação que humanize as nossas relações, nos obrigando a denunciar e rejeitar os aspectos negativos contidos no processo de transculturação. A maneira violenta e severa como são tratadas as populações não brancas, com a nossa autonegação, mesmo tendo em determinados espaços geográficos aceitação parcial da nossa multiculturalidade, para além de não contribuir com qualquer processo revolucionário nos afasta de um processo de transformação e nos incita à manutenção da nossa autonegação.

E tal situação se justifica através da não existência de um sentimento de criticidade, perpetuada com a negação de uma educação de qualidade e voltada apenas à manutenção do *status quo*, de parte das nossas elites subservientes ao sistema hegemônico mundial e que concretiza a nossa condição de país periférico e servidor de mão de obra barata e matéria prima.

Brasilidade como projeto de afirmação da multiculturalidade não significa a negação da cultura eurocêntrica ou à aplicação de um processo de negação desta, e sim a absorção dos seus pontos positivos bem como, das influências dos demais povos que conformaram a nossa sociedade. O que só é possível dentro de um processo revolucionário de valorização do ser humano, respeitando-o integralmente, destruindo as amarras que se interpõem nas instituições eugenizadas e desenvolvendo um processo sistêmico de integração sociopolítico desta população, o que logo impactará nas estruturas econômicas nacionais e obviamente na própria política externa brasileira, que se baseará na não subserviência ao hegemonismo do capital.

Tal processo revolucionário só é possível através do sentimento de brasilidade que se baseia na nossa unimultiplicidade e multiculturalidade como base

orgânica da revolução, não desmerecendo ou substituindo a questão de classe, mas tornando-se fundante das lutas revolucionárias, principalmente no estágio atual do imperialismo que minimizou o poder de força dos trabalhadores das indústrias de transformação a chamada revolução tecnológica.

A classe trabalhadora eleita por Karl Marx com o potencial revolucionário foi deslocada para a prestação de serviços e sem o viés da transformação material não se adequou à necessidade revolucionária. Foi se adaptando “pacificamente” em um comodismo pseudoeconômico e constituindo-se como classe média, seja negando o conceito de revolução, sendo absorvida pelas benesses do pequeno avanço econômico que lhe é permitido dentro do sistema capitalista.

Tal acomodação “burguesa” nos é imposta subjetivamente no nosso cotidiano, fortalecendo os princípios dos ideais burgueses de individualização e negando a coletividade em prol de um sistema cada vez mais excludente e desumanizador.

Etnicidade e brasilidade para uma revolução sociopolítica

Ao pensarmos em discutir o ser humano negro, nunca é demais destacar a necessidade de pensarmos que qualquer emancipação não pode se dar sem que esta tenha a sua emancipação por excelência, onde todos os aspectos de liberdade individual e coletiva estejam inseridos, assim como, a necessidade de reconstrução do conceito de estado e normatizações que venham a atender aos anseios de todos os seus cidadãos.⁴

Para tanto, emerge a necessidade de uma revolução comportamental nas nossas ações, perpassando pelo assumimento da vivacidade de nossos ideais, ou seja, a resistência negra, indígena, popular e feminista não são letras mortas a serem apêndices de um processo de transformação. Elas estão e necessitam estar incorporadas ao cotidiano de nossas ações não apenas como cumprimento de cotas, pois, esta transcende, dialoga e transversa todo o conteúdo de nossas lutas, passando mesmo a ser prioritário em determinados

⁴ BOMFIM. Edson. Ensaio na perspectiva da emancipação negra no Brasil. Pag. 14.

enfrentamentos não específico dos seus movimentos, como especificamente na questão da educação.

Assim o nosso papel enquanto lutadores e lutadoras, comunistas ou não, encontra-se em reeducar a nossa sociedade dentro de uma perspectiva crítica para que esta assuma a sua própria luta. Este papel de educador/educadora não pode limitar-se a ações periódicas dos seus movimentos específicos e muito menos em publicações temporais ou pequenos apoios financeiros para as mesmas ações periódicas destes movimentos. Necessitam serem ações concretas de absorção do todo da nossa construção revolucionária, derrotando o fragmentarismo destas ações e construindo uma nova metodologia de agir dentro do foco estratégico do socialismo.

A incorporação estratégica do conceito de brasilidade com a absorção da sua multiculturalidade e unimultiplicidade nos colocará a necessidade de revisão de muito de nossos métodos e mesmo de rupturas com alguns destes, pois a inserção deste não apenas exige esta necessidade como nos coloca no papel de educadores do sentimento de criticidade da sociedade como um todo.

Neste sentido, a transformação do Estado, que passará em nosso conceito à humanização da sociedade, se desenvolverá através de um papel permanente de educação, o que exigirá mudanças em nossas ações apenas corporativas na luta dos trabalhadores e trabalhadoras, ou seja, a defesa de determinada categoria não se limitará apenas a suas conquistas enquanto corporação, ela compreenderá também todo o mundo que a cerca.

Assim vejamos, categoria “Y” tem hoje inúmeros trabalhadores e trabalhadoras que transcendem a própria categoria, ou seja, terceirizados/terceirizadas que dentro do conceito capitalista de sociedade conformam uma mão de obra desqualificada. Encontram-se numa categoria menos específica e assim o é por serem de “fácil” reposição dentro da sociedade. Servem como elo inibidor das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras da categoria “Y” que veem partes de suas funções serem substituídas por esses terceirizados/terceirizadas. Em geral, tais trabalhadores e trabalhadoras possuem uma exigência menor de qualificação - inclusive qualificação, muitas vezes desnecessária ao próprio

cargo a ser exercido - porém são exigidas como barreiras ideológicas e racistas na limitação da presença física dos/das não desejados/desejadas e comprometem determinado padrão preestabelecido no corpo de funcionários e funcionárias. Portanto, só são aceitos/aceitas como terceirizados/terceirizadas, o que já demonstra a sua desqualificação.

Quanto ao papel de educadores/educadoras a que nos colocamos, trata-se de uma mudança tática da defesa de nossas concepções, deixando de nos apresentarmos como conhecedores de uma determinada “verdade”; levando a sociedade a integrar-se na construção da sua própria resposta/realidade e conseqüentemente no seu engajamento na construção deste ideal. Obviamente que exigirá de todos e todas concessões e paciência na construção deste processo coletivo, que no entanto, com certeza surtirá muito mais efeito do que o divisionismo que tem nos tomado a partir da eterna crise existencial de toda a esquerda. O processo de educação é uma via de mão dupla que busca a compreensão da realidade da condição humana a que está submetida toda a sociedade e não apenas a compreensão da sociedade a partir da realidade de cada um de nós individualmente e que nos coloca na condição de centros de realidades e da negação da realidade da sociedade como um todo.

Aqui entendemos que não apenas a etnicidade compreende o conceito de brasilidade e avançamos para a metodologia a ser aplicada na construção deste conceito, com a incorporação dos mais diversos segmentos e suas especificidades, que necessitam ser incorporados na construção de brasilidade.

Neste sentido é importante termos como concepção única a humanização da sociedade o que por si só representa a radicalidade de nosso projeto, que desvinculado das amarras do sistema econômico e com a ruptura inerente dos conceitos retrógrados que ainda permanecem das influências religiosas conformará um novo ambiente humanizado.

Para além de negar o papel das religiões na sociedade é necessário reestabelecer o sentido da alienação no papel destas na sociedade, onde as

mesmas adquiriram, na história mundial, papel fundante na gestão do Estado e nas legislações de vários países. As religiões, não reconhecendo as mudanças estruturais da sociedade e presas ao arcaísmo de suas concepções, impedem mudanças significativas dentro do reconhecimento do comportamento humano, deixando assim de ser um ideário individual ou particular para ser subjetivamente influenciador de comportamentos humanos e das nossas instituições.

Neste sentido entendemos a religião como algo alienante e que necessita limitar-se a sua ação individual, particularizada, não sendo aceita sua interferência nas instituições do Estado, o que não significa o não reconhecimento de setores deste na sociedade. Porém, não podemos negligenciar que a benevolência de tais setores é proveniente da usurpação econômica e de classe a qual estes mesmos setores estão inseridos.

Importante se faz explicitar que o termo alienação perpassa aqui pelo conceito amplo de estranhamento, utilizado tanto para justificação no campo religioso, político como também no campo do trabalho, onde o homem é estranho aos objetos, por ele mesmo, produzidos.

Não é demais ressaltarmos que o que aqui é apontado como negligências absorvidas no nosso cotidiano revolucionário, terminam no favorecimento da hegemonização conjuntural econômica e étnica da nossa sociedade, através de dois segmentos muito significativos para toda a sociedade como: o movimento de luta dos trabalhadores e trabalhadoras e a religiosidade, os quais são os que mais são incididos por políticas de favorecimento do setor hegemônico, que não irá aceitar transformações na sua cultura metodológica. Assim encontraremos mesmo entre nós a manutenção de determinados *status* provenientes destes setores. Importante salientar que não serão os únicos, porém os que possuem atualmente grande influência no nosso interior.

Construindo uma intervenção étnico-racial no interior da revolução brasileira

Neste cenário, encontramos um Movimento Social Negro, encantado com a possibilidade de concretização de uma classe média negra, modelo social também, transplantado para nossa realidade, sendo este importado do modelo de sociedade estadunidense. Enquanto, que pelo lado das esquerdas do país uma indefinição de como tratar as questões étnico-raciais, seja, pelo seu *modus operandis* de revolução sem a massa, defendido pelos partidos que estabelecem a política de quadros e vanguardas revolucionárias que conduzirão a revolução, seja, pela sua não observação as especificidades da população, tratando-a como massa homogênea em uma realidade multicultural e pluri-étnica.⁵

A conjuntura em que vivemos, embora seja de grave recessão mundial, se apresenta de forma diferenciada para parte da sociedade que tem a miséria como padrão. Assim as políticas de assistência social como: bolsa família, minha casa minha vida, apoio as comunidades quilombolas, apoio a colônias de pescadores, entre tantas outras, exercem grande influencia em comunidades negras miserizadas, que alheias à sua historicidade, encontram em tais programas um reconhecimento de “humanidade” do governo de plantão. Ao mesmo tempo em que parte das organizações sociais negras encontrou eco às suas reivindicações através do surgimento de conselhos, coordenadorias e secretarias que assumem em parte o seu papel, limitado na sua condição de órgão auxiliar, e assim, não apenas negam o processo coletivo existente da luta antirracista, como também reconhece no seu desempenho o seu próprio fracasso diante da nova conjuntura.

Assim mais uma vez a folclorização da luta antirracista assume o papel emergente entre nós ao mesmo tempo em que desponta, ou melhor, se desveste o racismo nacional, pipocando denúncias por todo o país em casos que passam envolver celebridades dos esportes, o que até então era inadmissível, pois, atletas no ideário e não na prática não tem etnia. E recebem da nossa sociedade induzida pela midiatização da personificação de tais práticas, ou seja, os atos racistas são de responsabilidade daquele ou daquela que proferiu determinada palavra e não consequência da condição de não

⁵ BOMFIM. Edson. Ensaios na perspectiva da emancipação negra no Brasil. Pags. 13 e 14.

integração social, política e econômica existente desde os primórdios da nossa república.

A espetacularização midiática do crime de racismo, no entanto, se limita na personificação de cada ato e assim vemos a mesma mídia de forma controversa, mas, defendendo os seus interesses financeiros, se calarem diante da realidade do racismo, nos mais diversos campos, como por exemplo, diante da negativa de regularização das terras quilombolas e a invasão destas por parte de latifundiários e do próprio governo, diante do extermínio sistêmico da população negra jovem, da erotização da mulher negra, entre tantas outras questões negligenciadas ou até favorecidas criminalmente pela mídia.

A não integração da subjetividade humana faz nascer o ódio ao diferente, fruto de uma cultura transculturada onde o outro é sempre culpado do fracasso de uma política de sociedade baseada apenas na economia e onde o ser humano, é mera peça de reposição onde o lucro e o bem-estar-social quando ameaçado, transformam-se em ações de intolerância.⁶

Com este cenário de completa desumanização e forte apelo à intolerância, racismo e todas as formas de discriminação é que se faz necessário a reconceituação de nossas lutas, sem que percamos a utopia socialista.

O desafio é construir uma sociedade que não perca o seu poder de desenvolvimento econômico, político, social e cultural, tendo como premissa principal o ser humano na sua mais completa diversidade, respeitando e promovendo estes coletivamente, dentro do verdadeiro espírito de nação.⁷

A continuidade da negligência sobre a realidade multicultural e sobre a importância da questão da etnicidade na revolução brasileira é reafirmar a nossa ignorância diante de fatos seculares e minimamente nos omitirmos diante de um processo excludente e de extermínio sistêmico das populações negras e indígenas. Impõe-se o conceito de brasilidade que não nasce completo e que se conformará no seu desenvolvimento, mas que, no entanto,

⁶ BOMFIM. Edson. Ensaio na perspectiva da emancipação negra no Brasil. Pag. 63.

⁷ BOMFIM. Edson. Ensaio na perspectiva da emancipação negra no Brasil. Pag. 63.

propomos que seja ponto de assunimento coletivo para que nos oriente dentro de um contexto basilar das nossas ações.

A este processo histórico de negação da presença negra e a continua luta da nossa sociedade de embranquecimento, encobrimento do seu passado escravagista e a eliminação física, psicológica e moral de negritude, encontra-se o seu contraditório, que é, e se caracteriza pela resistência, ora mais ousada, ora reclusa.

Assim não basta apenas o reconhecimento simbólico das lutas de resistência e da contribuição dos negros, negras e indígenas na nossa sociedade. Carecemos de desenvolvimento da inclusão prática de todos os cidadãos/cidadãs e suas diversas formas de conceber a sociedade, dentro de um processo de absorção da multiculturalidade e construção de uma unimultiplicidade, que com certeza nos conduzirá a uma sociedade humanizada.

- *Lumpen* e terceirização: a negação de cidadania trabalhadora

Ao cunhar o termo *lumpen* para pessoas que se encontravam na condição de subproletariado, ou seja, abaixo do proletariado, Marx cravava a sentença que o sistema capitalista designa para maior parte da população que não tem acesso ao emprego digno, “frações miseráveis, não organizadas do proletariado, não apenas destituídas de recursos econômicos, mas também desprovidas de consciência política e de classe, sendo então suscetíveis de servir aos interesses da burguesia”.⁸ Em uma análise simplista podemos verificar que para além do *lumpen* concebido e conceituado por Marx o sistema capitalista se especializou na produção desta espécie e ainda o diversificou com a sua evolução, assim não apenas encontramos estes como mão de obra de reserva, mas ainda terceirizados/terceirizadas na atualidade do sistema e uma parcela ainda maior dos/das que nunca terão oportunidades de trabalhos dignos. Tal situação tende a constituir uma categoria que tem dificuldades em lutar por seus direitos. São trabalhadoras e trabalhadores autônomos (pedreiros, carpinteiros, pintores, etc.), vendedoras e vendedores ambulantes,

⁸ Wikipédia, enciclopédia livre

entre outros/outras, além de uma grande parcela que não se encaixará na condição de trabalhador/trabalhadora, morador/moradora de rua, agentes do tráfico etc., tendo como ponto comum a sua etnicidade, ou seja, a consolidação da negação de cidadania àqueles e àquelas que no apartheid social brasileiro não foram e não são enquadrados/enquadradas no pós-abolição, descendentes de escravizados/escravizadas e indígenas.

Tema não corrente entre nós que ainda temos a transculturação pura e simples dos estudos marxistas ao nosso ideário. A realidade é que assim, de imediato não concebemos parte significativa da população que, não incluída aos nossos conceitos, não só se enquadra na qualidade de *lumpen* como se encontra suscetível ao avanço burguês, que não só os contempla em seu conceito em busca de oportunidades como os elege eleitoralmente para manutenção do sistema que os explora.

A suscetibilidade desta população marginalizada aos processos de alienação é praticamente total, levando-os à consolidação não apenas do sistema hegemônico como, ainda pior, ao surgimento de verdadeiros batalhões ideológicos de enfrentamento a qualquer perspectiva de mudanças, pois, se consideram seguros no quase nada que constitui suas vidas. Neste sentido os processos alienantes se desdobram através da mídia, da religiosidade, política e cooptação econômica, transfigurando estes/estas em cidadãos/cidadãs de segunda e terceira categoria, os/as quais legitimam o sistema através do seu voto durante as campanhas eleitorais.

Esta negação da cidadania vai além daqueles/daquelas que já mencionamos que não se enquadram na condição de trabalhador/trabalhadora: alcança os/as terceirizados/terceirizadas, que além de estarem enquadrados/enquadradas na condição de *lumpen* cumprem o duplo papel de dialeticamente enfraquecer a luta sindical com a redução de funcionários/funcionárias e a ameaça constante de extinção de funções dentro da empresa/indústria. Isso sem falar na ação da própria burguesia no parlamento, na flexibilização cada vez maior dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. Estes trabalhadores e trabalhadoras terceirizados/terceirizadas, além de terem o seu custo social reduzido para empresas e governo, com o recente ataque aos seus direitos sociais, com o

aumento do tempo para acesso ao salário desemprego, ainda souberam que as empresas foram desresponsabilizadas do pagamento de um salário decente. Na condição de terceirizados/terceirizadas vivem em completa oscilação de categoria e/ou locais de trabalho, impedindo assim a sua organização sindical.

Constatamos assim a eficiência do sistema excludente da negação da cidadania tendo como ingrediente específico a negação da integração da multiculturalidade brasileira, ou seja, a reafirmação do apartheid social criado e solidificado entre nós para todos aqueles/aquelas que não se enquadram no padrão do embranquecimento exigido pela eugenia de nossa legislação.

A atualização do conceito da categoria proletariado se faz urgente e necessária diante da realidade de homens e mulheres que são expropriados/expropriadas dos meios de produção, mas que, mesmo assim vendem sua força de trabalho e não se encontram dentro do mercado formal de trabalho.

- **Brasilidade como conceito revolucionário**

Carece-nos aprofundar um pouco mais o que chamamos aqui de brasilidade. Para tanto, é necessário explicitar que não se limita tal conceito a uma retomada de um nacionalismo inexplicável ou que se limite ao ufanismo de nação descontextualizado da conjuntura mundial de um planeta globalizado economicamente. Assim, antes de qualquer patriotismo, devemos ter explícito o caráter internacionalista da nossa luta e conseqüentemente a construção de um programa de cooperação e respeito às particularidades de cada país/nação e suas populações, pois, não poderá ser aceito por nós, qualquer relação de desigualdade no tratamento das populações de cada país, ou seja, nossas relações deverão ser pautadas na totalidade do humanismo e compreensão dos diferentes.

Por outro lado, brasilidade também não se limita a uma exacerbada noção de valor como a dedicada ao futebol profissional masculino, mas, um conjunto de valorização e respeito pelo ser humano, suas culturas e opções de vida. Logo,

brasilidade, para além do contexto geográfico é um conceito que engloba a geopolítica nacional, toda a multiculturalidade que envolve a nossa constituição histórica como país e acima de tudo o ser humano que compõe esta unimultiplicidade de determinada região geopolítica, que em nosso caso específico chamamos de Brasil.

Neste sentido ainda se faz necessária, para além de alianças com agrupamentos e setores sociais no eixo norte do planeta, uma ação específica diante da relação política com os países que compõem os BRICS⁹, ampliando sua ação não apenas geograficamente com a inclusão de outros países, como também dentro de sua ação política quanto a questões do humanismo etc. além do desenvolvimento muito especial no que tange aos países do eixo sul e aqui está subentendido o eixo sul-sul, ou seja, não apenas à América Latina como também ao continente Africano.

Em relação à América Latina uma série de medidas é necessária, para além do reconhecimento dos governos progressistas em busca de uma verdadeira integração já preconizada por Simon Bolívar. Deverá ser ponto específico de tratamento no que se refere à política internacionalista da nossa corrente.

⁹ Em economia, **BRICS** é um acrônimo que se refere aos países membros fundadores (o grupo BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que juntos formam um grupo político de cooperação. Em 14 de abril de 2011, o "S" foi oficialmente adicionado à sigla BRIC para formar o BRICS, após a admissão da África do Sul (em inglês: *South África*) ao grupo. Os membros fundadores e a África do Sul estão todos em um estágio similar de mercado emergente, devido ao seu desenvolvimento econômico. É geralmente traduzido como "os BRICS" ou "países BRICS" ou, alternativamente, como os "Cinco Grandes".

Apesar do grupo ainda não ser um bloco econômico ou uma associação de comércio formal, como no caso da União Europeia, existem fortes indicadores de que "os quatro países do BRIC têm procurado formar um "clube político" ou uma "aliança", e assim converter "seu crescente poder econômico em uma maior influência geopolítica. Desde 2009, os líderes do grupo realizam cúpulas anuais.

A sigla (originalmente "BRIC") foi cunhada por Jim O'Neill em um estudo de 2001 intitulado "*Building Better Global Economic BRICs*". Desde então, a sigla passou a ser amplamente usada como um símbolo da mudança no poder econômico global, distanciando-se das economias desenvolvidas do G7 em relação ao mundo em desenvolvimento.

De acordo com um artigo publicado em 2005, o México e a Coreia do Sul seriam os únicos outros países comparáveis aos BRICS, mas suas economias foram inicialmente excluídas por serem consideradas mais desenvolvidas, uma vez que já eram membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre.

Ao nível interno, geograficamente, a nossa luta necessita perder o seu caráter fragmentário e, por conseguinte, deve impulsionar o fim da fragmentação nas lutas sociais, por ser este um dos principais fatores da nossa derrocada enquanto revolucionários/revolucionárias, diante de um sistema que, mesmo em crise profunda, consegue fortalecer-se impondo-nos derrotas significativas. Tais derrotas não se limitam à nossa fragmentada participação eleitoral, que de certo modo saiu vitoriosa no último pleito, mas assistiu em todos os Estados um avanço das correntes retrógradas da direita e pior, vê crescer no sentimento do povo um sentimento de negação da sua própria humanidade, exigindo o retorno de militares e supressão de direitos.

Tal sentimento se tornou possível dentro de um contexto de negação de brasilidade e de adaptação ao sistema econômico hegemônico por parte dos governos que se sucederam nos últimos 20 (vinte) anos e que, não sendo mais possível manter a pequena fachada de distribuição de renda – uma espécie de “bem estar social” para os miseráveis e acomodação econômica para uma classe média – tornam-se alvo de uma revolta com base em conceitos “éticos” extremamente equivocados. E, sendo vítima da própria base que se colocou ao seu lado enquanto tal projeto caminhava dentro de sua linha de segurança, os algozes de hoje são e sempre serão os algozes de ontem, que historicamente construíram e consolidam quotidianamente nosso apartheid social e político.

Desconstruir a fragmentação perpassa não apenas pelo reconhecimento da característica única do nosso processo revolucionário - um processo que necessita ter a multiculturalidade e unimultiplicidade em seu cerne - como também, ser o elo de diálogo com a população que, no estágio atual do sistema capitalista, está colocada em diversas situações de *lumpen*, dificultando nossa auto-organização; além do combate ao sistêmico ataque deste sistema via suas representações parlamentares aos nossos direitos. Podemos citar como exemplos: terceirização do trabalho, redução de idade penal, criminalização do aborto e controle de natalidade, manutenção dos autos de resistência, entre tantos outros que se torna impossível enumerar.

Desfragmentação do nosso projeto de sociedade, significa exatamente assumir um conceito de multiculturalidade e unimultiplicidade da luta, incorporando

princípio primeiro de Karl Marx que é o humanismo, o humanismo em sua totalidade e respeitando todas as diferenças contidas no contexto atual de nossa sociedade. A consigna marxista “trabalhadores do mundo uni-vos” continua atual em sua totalidade. No entanto, não podemos negar que o contexto atual é composto majoritariamente de trabalhadores e trabalhadoras não formais. A minoria trabalhadora existente se encontra na qualidade de prestadora de serviços o que por si só já é um processo alienante, seja por sua não produção transformadora em mercadorias, seja pela própria fragilidade de ação interna, como externamente na sua categoria, com vistas a fragilizar o sistema de forma que leve o mesmo a um processo de ruptura do seu *modus operandi*.

A resignificação do nosso projeto de intervenção sociopolítica perpassa necessariamente pela aceitação da complexidade existente na unimultiplicidade de nosso país e do potencial revolucionário contido nesta complexidade, que não se esgota na luta por conquistas de alguns sindicatos, eleições de alguns parlamentares e uma intervenção não prioritária nos movimentos sociais.

Necessitamos romper definitivamente com a lógica de uma luta sem o povo, o que chamarei aqui de novíssimo blanquismo, aonde uma casta de intelectuais conduzirá o processo revolucionário e conduzirá o povo. Importante destacar a definição de Engels a esta concepção:

“Blanqui é essencialmente um político revolucionário. Ele é um socialista só através de sentimentos, através de sua simpatia para com o sofrimento do povo, mas ele não tem nem teoria socialista, nem quaisquer sugestões práticas definitivas para soluções sociais. Na sua atividade política, era essencialmente um “homem de ação”, acreditando que uma pequena minoria bem organizada iria tentar um golpe de força política, no momento oportuno, e poderia levar a massa do povo com eles, através de alguns êxitos e assim da início a uma revolução vitoriosa”. Frederick Engels¹⁰

Devo salientar que a citação acima não encontra paridade ainda com a nossa práxis, no entanto, encontraremos pontos de semelhança que terminam por

¹⁰ Wikipédia, a enciclopédia livre.

consolidar-se ao longo do tempo com a não práxis militante e o comodismo que nos acomete no interior das máquinas partidárias e sindicais.

Assim sendo, apenas o conceito de brasilidade aqui apresentado e que como dissemos necessita ainda ser aprofundado, pode nos levar a um deslocamento da política transculturada, que nega a nossa multiculturalidade.